

# JORNAL DA AJURIS

ANO 18 NÚMERO 283 – ESPECIAL – SETEMBRO 2015.

## MAGISTRATURA DEBATE DESAFIO DE EFETIVAR DIREITOS



MONTEVIDEO, CAPITAL DO URUGUAY, REUNIU ASSOCIADOS NO XI CONGRESSO  
ESTADUAL DE MAGISTRADOS PARA DEBATES E REFLEXÕES  
SOBRE AS QUESTÕES DA CARREIRA





# Reflexões e aprendizados no Uruguay

Ao longo da história, a AJURIS realiza o Congresso Estadual de Magistrados com o objetivo de promover a reflexão sobre a carreira, sobre o Estado de Direito e incentivar o debate sobre as inovações para que Judiciário possa atingir os fins para os quais se destina. A realização do evento em 2015, em Montevideo, contou, fundamentalmente, com esse objetivo. Mas, ao propor a construção de um evento no exterior, nos unimos em torno da proposta de criar um novo cenário de convivência e de observação da Magistratura riograndense.

Desde os detalhes de estrutura, passando pela teoria abordada nos painéis, a escolha dos palestrantes, as atrações culturais, a culinária, tudo foi pensado e planejado para envolver a todos. Nos desafiamos e encontramos alicerce nos colegas que integraram as comissões Organizadora e Científica, além do grupo de funcionários da AJURIS. Todos se empenharam e se dedicaram nessa construção coletiva.

Tivemos o revés de não contar com o Eugênio, que, em razão da saúde, não pode comparecer. Mas fica registrado aqui o papel de protagonista ao assumir o risco e de propor que se fizesse algo diferente, algo desafiador, que motivasse a participação, reavivando a ideia do congresso e o seu papel.



GILBERTO SCHÄFER  
*Vice-presidente Administrativo*

Realizamos um evento que deixa um legado valioso pelo conteúdo abordado pela professora Maria Paula Bucci, pelo professor Fernando Gajardoni e pela Ministra Nilza Salvo. Também foi gratificante conhecer a Suprema Corte e ainda compartilhar informações com magistrados uruguaios sobre o combate à corrupção. A apresentação de teses fica como uma contribuição dos magistrados para que o Judiciário possa se aperfeiçoar, valorizando toda a caminhada prévia realizada pelos diversos núcleos de estudo e pessoas que se engajaram na proposta do congresso.

A publicação desta edição é também uma forma de agradecer a acolhida que tivemos no Uruguay. E aos nossos colegas de Comissão Organizadora que pensaram esse Congresso: Jane Maria Köhler Vidal, Charles Maciel Bittencourt, Dulce Ana Gomes Oppitz, Geneci Ribeiro de Campos, Jocelaine Teixeira e Rute dos Santos Rossato. Aos meus colegas de Comissão Científica: Jayme Weingartner Neto, Roberto Ludwig e Rosana Broglio Garbin.

E também aos que patrocinaram e apoiaram a realização do evento: Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Banrisul, Cooperativa de Crédito Mútuo da AJURIS, Escola Superior da Magistratura e Ministério de Turismo y Deporte do Uruguay.

*Boa leitura!*

## EXPEDIENTE

### Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul

**Presidente:** Eugênio Couto Terra

**Vice-presidente Administrativo:** Gilberto Schäfer

**Vice-Presidente de Patrimônio e Finanças:** Jocelaine Teixeira

**Vice-Presidente Cultural:** Jane Maria Köhler Vidal

**Vice-Presidente Social:** Geneci Ribeiro de Campos

### Jornal da AJURIS

**Diretora de Comunicação:** Rute dos Santos Rossato

**Conselho de Comunicação:** Luís Antônio Saud Teles, Elisabete Maria Kirschke, Camila Luce Madeira, Fernando Vieira dos Santos e Adriane de Mattos Figueiredo.

**Jornalista-chefe:** Grasiela Duarte

**Equipe de jornalismo:** Cristofer de Mattos, Joice Proença e Rodrigo Borba

**Projeto gráfico e diagramação:** Esparta Design

**Foto de capa:** Visita à Suprema Corte do Uruguay (Grasiela Duarte)

**Fotos do Jornal:** Rodrigo Borba e Grasiela Duarte.

**Endereço:** Rua Celeste Gobbato, nº 81

Praia de Belas – Porto Alegre/RS – CEP 90110-160

**Telefone:** (51) 3284-9100 Fax: (51) 3284-9132

**E-mail:** imprensa@ajuris.org.br

**Site:** www.ajuris.org.br



# *Carta de Montevideo*

*O*s magistrados do Rio Grande do Sul, reunidos em Montevideo, no Uruguay, de 24 a 26 de setembro de 2015, no XI Congresso Estadual promovido pela AJURIS, que teve como tema Efetivar Direitos: O Desafio da Magistratura, vêm afirmar à sociedade:

- o seu papel de partícipes na implantação de um estado democrático e de um programa respeitador dos direitos fundamentais e humanos, conforme consta do Pacto de San José da Costa Rica;

- a importância de que o Poder Judiciário, quando provocado a intervir em políticas públicas, observe a dimensão institucional das práticas que efetivam direitos fundamentais, atuando de forma coordenada com os demais órgãos públicos e particulares afetados;

- o reconhecimento de que o novo Código de Processo Civil (CPC) traz avanços no sentido de maior efetividade, mas também disposições que necessitam de adequada interpretação, que preserve a boa gestão e a finalidade do serviço judicial, contando para isso com o ativo papel dos magistrados;

- a imprescindibilidade da continuação do aprimoramento de instrumentos coletivos – ainda não devidamente contemplados no novo CPC – e dos meios não contenciosos de resolução de conflitos;

- a convicção de que a busca de um processo eficiente deve ser uma preocupação permanente dos órgãos de administração da Justiça e de grande empenho pessoal de cada magistrado, pois a função de distribuir a Justiça requer um magistrado vocacionado, preparado e atuante numa sociedade pluralista e complexa;

- a certeza de que a formação inicial e continuada dos magistrados deve considerar o desenvolvimento das competências e das atitudes necessárias para o exercício da função de resolver conflitos e efetivar direitos;

- a crença de que o Judiciário exerce um serviço público fundamental para a democracia e por isso deve receber os meios financeiros e orçamentários adequados às suas necessidades, devendo comprometer-se em contrapartida com uma gestão eficiente dos recursos disponibilizados.

Reafirmam, ainda, o compromisso de manter um Judiciário forte, autônomo e independente, para combater a corrupção e preservar os valores constitucionais.

*Montevideo, 25 de setembro de 2015.*





# Magistratura debate desafio de efetivar direitos do Judiciário sul-americano

XI CONGRESSO ESTADUAL DE MAGISTRADOS ABRE NOVO CAPÍTULO NA HISTÓRIA DA AJURIS COMO PRIMEIRA EDIÇÃO INTERNACIONAL.



Na abertura do evento, coordenador da Comissão Científica, Gilberto Schäfer, ressaltou importância do tema em debate.

**D**urante três dias, Montevideo, capital do Uruguai, foi palco de debates e reflexões em torno do tema – *Efetivar Direitos: O Desafio da Magistratura*. Aproximadamente duzentos magistrados brasileiros e uruguaios reuniram-se durante o XI Congresso Estadual de Magistrados, que, pela primeira vez, foi realizado no exterior, para o intercâmbio de experiências e de informações em busca de soluções para os principais problemas vivenciados pelo Poder Judiciário. O evento contou com patrocínio do Banrisul e da Cooperativa Sicredi AJURIS, e apoio da Escola Superior da Magistratura e do Ministério de Turismo y Deporte do Uruguai.

Na abertura do encontro, no dia 24 de setembro, o vice-presidente Administrativo da AJURIS e coordenador da Comissão Científica do Congresso, Gilberto Schäfer, deu o tom da expectativa em torno do evento: “Saúdo os magistrados uruguaios, que partilham conosco as agruras de distribuir Justiça e de participar da implantação de um programa continental respeitador dos direitos fundamentais e humanos”.

O juiz de Direito também lembrou o fato de as duas nações integrarem o Pacto de San José da Costa Rica, “que reconhece que os direitos essenciais da pessoa humana não derivam do fato de ser ela nacional de determinado Estado, mas, sim, do fato de ter como fundamento os atributos da pessoa humana”. Schäfer presidiu o Congresso em representação ao presidente da AJURIS, Eugênio Couto Terra, que não pode comparecer por motivo de saúde.

O vice-presidente destacou, ainda, que a Magistratura vive uma realidade paradoxal. De um lado, a confiança no Poder Judiciário e nos magistrados, do outro, por meio dos novos diplomas legislativos e das atitudes da mídia, a desconfiança. “Para se contrapor a esse paradigma da desconfiança, devemos afirmar o nosso papel de avalistas das promessas da Constituição e o de protagonistas para construir uma sociedade livre, justa e solidária. E isso só se faz pensando os nossos desafios. E o fazendo coletivamente”, sublinhou Schäfer.



Congresso permitiu a troca de experiências entre magistrados brasileiros e uruguaios.

Participando como palestrante e em diferentes atividades do Congresso, Nilza Salvo, ministra de Tribunal de Apelaciones en lo Civil y Directora del Centro de Estudios Judiciales del Uruguay, destacou que a efetivação dos direitos é um desafio para juízes de todo o mundo. No caso do Uruguai, a preocupação é formar melhor os magistrados. “Quem for cuidar de efetivar direitos tem que ser um bom juiz. Deve ser uma pessoa com determinadas virtudes e valores, e com uma vocação para o serviço”, acredita. A ministra avaliou o evento realizado fora do Brasil como uma “ideia genial”, porque é uma proposta distinta para que os juízes visualizem que os problemas são os mesmos, e o fazer de um magistrado é o mesmo em qualquer lugar.

Para a presidente da União Internacional de Magistrados, Cristina Crespo, o evento foi muito importante, na medida em que, mais uma vez, a AJURIS demonstrou seu pensamento avançado e preocupação, reunindo todos com o objetivo de fazer uma reflexão sobre como efetivar os direitos. Ricardo Miguez, presidente de Asociación de Magistrados del Uruguay, que reúne quinhentos magistrados, também ressaltou a importância de um encontro como o realizado pela Associação para tratar no presente de temas como os colocados em debate, para mais adiante resolver de forma racional como devem pensar as pessoas que querem viver em um país com democracia.

### *Brasileiros avaliam cenário local*

Representantes do Judiciário gaúcho e brasileiro avaliaram a necessidade de se traçarem metas e de se buscar cumprir a efetivação dos direitos. O 1º vice-presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do

Sul (TJ/RS), Luiz Felipe Silveira Difini, que representou a Corte no evento, destacou como o principal desafio da Magistratura a garantia de direitos à população em um cenário no qual as obrigações do Estado são cada vez maiores e os recursos disponíveis, menores. “No Brasil, e especialmente no Rio Grande do Sul, isso tem-se revelado uma imensa dramaticidade. O papel da Magistratura, nessa situação, em que há uma série de promessas constitucionais não cumpridas pelos agentes políticos, é conseguir de alguma forma tornar minimamente efetivos esses direitos”, declarou.

O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), João Ricardo dos Santos Costa, salientou o tema do Congresso como a principal meta da Magistratura. “Fazer as decisões judiciais acontecerem, fazer que a sociedade não necessite buscar a todo o momento o Judiciário por ter os seus direitos violados, lutar para que cesse essa constância de violação massificada de direitos. O tema é extremamente importante”, frisou.

A importância do trabalho do Judiciário tem sido, conforme avaliou o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Paulo de Tarso Vieira Sanseverino, cada vez mais importante, em especial, no momento atual, no qual o Estado brasileiro vive uma crise ética e de valores. “A Magistratura tem-se apresentado como uma reserva moral da nação brasileira. O papel dela é mantermos essa mesma perspectiva, mostrando que temos boas soluções para o Brasil”, ressaltou. Nessa linha, o ministro frisou que a atuação do Judiciário brasileiro, especialmente o do Rio Grande do Sul, tem sido exemplar.





# Institucionalização é apontada como solução para judicialização de demandas sociais

PALESTRA DE ABERTURA, MINISTRADA PELA PROFESSORA DA USP, MARIA PAULA BUCCI, TEVE COMO TEMA SAÚDE E EDUCAÇÃO, NA CIRANDA DOS PODERES.



O crescente número de judicialização de demandas sociais pautou a palestra de abertura Saúde e Educação, na Ciranda dos Poderes. Ministrada pela professora da Faculdade de Direito e superintendente jurídica da Universidade de São Paulo (USP), Maria Paula Bucci, a apresentação teve como foco o controle judicial de políticas públicas. Pesquisadora sobre o assunto há quinze anos, a palestrante avaliou o tema proposto para debate sob diferentes aspectos. “Os direitos sociais dependem de planejamento, de recursos estruturais, de recursos humanos, e os juízes têm enfrentado dificuldades para dar decisões que realmente consigam efetivar esses direitos”, ressaltou.

Como caminho para o enfrentamento da questão, a professora pontuou que existem inúmeras experiências exitosas realizadas por magistrados no sentido de assegurar direitos à população, porém de maneira isolada. Baseada nessa realidade, Maria Paula propôs a institucionalização de medidas. “Organizar as boas iniciativas que os juízes, às vezes isoladamente, cada um na sua Comarca, já conseguiram e tentar projetar isso em uma escala maior”, explicou.

Para atingir esse objetivo, a palestrante salientou como necessários, entre outros fatores, a composição de um banco estruturado de casos, além do registro e da compreensão das boas práticas adotadas, tanto


nos processos de conhecimento, como na execução das decisões.

Maria Paula ponderou que parte dessa demanda não será solucionada pelo Judiciário, mas, nesses casos, cabe a ele o papel de fiscalizador e de indutor do cumprimento, não permitindo que um direito deixe de ser assegurado por omissão.

A procura por tratamentos ou medicamentos são as principais demandas na área da saúde. Já quando o assunto é educação, o Judiciário é mais acionado na busca por vagas em creches. Nessa área, a palestrante trouxe o exemplo de uma iniciativa desenvolvida pelo TJ/SP que criou um sistema de monitoramento constante de vagas nessas instituições educacionais.

Visando garantir o atendimento ao maior número possível de crianças, o projeto envolve os diversos atores relacionados ao tema. “Para organizar creches na escala necessária, é preciso a colaboração da prefeitura, do governo do estado, da União que repassa recursos. Às vezes, não é só um problema de dinheiro. Pode haver recursos financeiros e não ter terreno para construir as creches ou a licitação não consegue ser feita a tempo”, citou, reforçando a relevância da experiência.

## Reprodução de boas práticas como forma de garantir a cidadania



Palestrante destacou importância de institucionalizar as políticas públicas para a garantia de direitos



A palestrante destacou, ainda, que, no Brasil, há um problema de descontinuidade das políticas públicas. A institucionalização dos projetos desenvolvidos, com o envolvimento dos diversos participantes dos Poderes, surge como uma maneira de assegurar direitos à população, definidos na Constituição Federal, mas ignorados. A medida visa a uma política de Estado, e não de governo, como ocorre em diversos cantos do país.

O objetivo é que as boas práticas, como a desenvolvida no estado de São Paulo, possam ser reproduzidas em outros municípios e estados do país e sirvam como mecanismos para atender ao maior número de pessoas possível. “Falar em política pública é falar em escala. Não estamos falando de uma ou de dez crianças que precisam de creche, mas de milhares. Não são um ou dois diabéticos em busca de tratamento, mas milhares, às vezes milhões”, salientou Maria Paula.

A palestrante também afirma ser fundamental a formalização, por meio de documentos, de políticas a

serem implementadas, visando garantir a sua efetiva aplicação, independente de quem esteja à frente do governo. “Muitas vezes, a troca de um ministro ou de um secretário resulta no término de uma política”, comentou.

A professora ponderou, que, ao mesmo tempo em que o elevado número de demandas demonstra que o acesso ao Poder Judiciário pela população é cada vez mais frequente, a eficiência necessária para a garantia de direitos ainda não acompanha esse ritmo. “Não é porque as pessoas estão indo mais ao Judiciário que os serviços de saúde e de educação estão melhorando”, ponderou.

A palestra foi mediada pela vice-presidente Cultural da AJURIS e coordenadora da Comissão Organizadora do Congresso, Jane Maria Köhler Vidal. “Esse é um tema que interessa ao Estado contemporâneo, e, por saúde e educação serem duas políticas públicas importantíssimas, resolvemos trazer a discussão dessas questões para o XI Congresso Estadual de Magistrados”, ressaltou a magistrada.



A coordenadora da Comissão Organizadora, Jane Vidal, e a palestrante Maria Paula Bucci



# Perfil de magistrados influencia na efetividade de processos

AS CARACTERÍSTICAS NECESSÁRIAS PARA A ATUAÇÃO NA MAGISTRATURA FORAM TEMA DE DEBATE.



Juiz de Direito do TJ/SP, Fernando da Fonseca Gajardoni

O painel *Qual o juiz para um processo efetivo?* abriu o segundo dia do XI Congresso Estadual de Magistrados. Os palestrantes foram Fernando da Fonseca Gajardoni, juiz de Direito do Estado de São Paulo (TJ/SP), mestre e doutor em Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da USP; e Nilza Salvo, ministra de Tribunal de Apelações em lo Civil y Directora del Centro de Estudios Judiciales del Uruguay.

A participação de Gajardoni teve como foco os efeitos do novo Código de Processo Civil (CPC) para a efetividade dos direitos sociais. O magistrado destacou a valorização da jurisprudência e o incentivo à conciliação e à mediação. Contudo, lembrou que, para atingir resultados efetivos à prestação jurisdicional, seria necessária uma realidade financeira e econômica completamente diferente da vivenciada pelo Brasil atualmente. “O novo Código aposta em pontos que o Judiciário não tem estrutura para suportar por ora. Por exemplo, ele fala em audiência e sustentação oral por teleconferência, na criação de um grupo

gigante de mediadores e conciliadores remunerados, porém não há dinheiro nem para a contratação de servidores”, ponderou.

Sobre o tema em debate no painel, o palestrante ressaltou que o juiz para atingir um processo efetivo precisa aliar bons conhecimentos de gestão judiciária e de Direito. Tudo isso sem perder a humanidade, característica considerada por Gajardoni como fundamental. O palestrante destacou, sobre esse aspecto, que o magistrado deve ter a capacidade de preparar e motivar a sua equipe para auxiliá-lo, conseguindo dela o melhor rendimento possível.

O juiz precisa, ainda, citou o magistrado do TJ/SP, ter o conhecimento para lidar com recursos de informática, considerado poderoso aliado para enfrentar o “absurdo volume de processos”. “O juiz para um processo efetivo é aquele que, quando vê o processo, imagina que é parte no processo, e julga como gostaria que o juiz do processo dele julgasse”, refletiu.



## Vocação para servir à população



Ministra de Tribunal de Apelaciones en lo Civil, Nilza Salvo

A ministra Nilza Salvo destacou que a efetivação dos direitos sociais é um desafio em qualquer lugar do mundo, inclusive no Uruguai. O juiz e o Poder Judiciário representam a última garantia dos direitos dos cidadãos, situação que não deixa dúvida sobre o papel fundamental de ambos para assegurar o exercício da cidadania.

O juiz para um processo efetivo precisa, de acordo com a palestrante, compreender esse contexto, sem esquecer-se de qualidades como honestidade, ética e independência, mas, acima de tudo, ter vocação para servir. "Pode haver a melhor legislação, a melhor preparação de uma pessoa, mas, se não tiver esse perfil, nunca vai ser um juiz que proteja efetivamente esses direitos", explica.

A magistrada uruguaia salientou que a pessoa nasce com esse perfil, contudo, por meio da seleção e da formação continuada, é possível aprimorar essa qualidade. A palestrante salienta que no Uruguai a maioria dos representantes da Magistratura valoriza o papel de membros garantidores dos direitos sociais.

A ministra ponderou, ainda, que a garantia desses direitos também depende de outras variáveis como a legislação vigente e a correta execução das decisões do juiz. Nilza lembrou a necessidade de se adequar a alguns pontos das leis tendo como objetivo uma jurisdição mais efetiva e, para isso, julga conveniente que os magistrados sejam

ouvidos pelo Parlamento. Quanto ao cumprimento da execução das decisões, ressalta a necessidade de ser criada uma polícia judicial especializada. A ausência disso, acrescentou, faz que os juízes com competência penal e em matéria de adolescentes infratores dependam da polícia comum para os interrogatórios e a apresentação dos suspeitos.

## *Novo CPC entrará em vigor em março de 2016*

A vice-presidente Social da AJURIS e membro da Comissão Organizadora do Congresso, Geneci Ribeiro de Campos, foi a mediadora do painel. A magistrada frisou a importância do debate proposto pela AJURIS, já que o novo CPC deve entrar em vigor a partir de 16 março de 2016. "Estamos refletindo sobre como acontecerá a efetivação dos direitos diante de uma nova legislação que trouxe mudanças importantes, tanto na atuação dos magistrados, como também dos advogados e das demais instituições que promovem a Justiça", analisou.

A magistrada referiu, ainda, que o juiz precisa estar em conformidade com as questões sociais e ter preocupação com a aplicação do Direito em relação às necessidades da sociedade. "E não somente na aplicação fria da letra da lei", completou.



# Magistrados destacam mecanismos de combate à corrupção

PARTICIPANTES DO XI CONGRESSO ESTADUAL VISITARAM SUPREMA CORTE DO URUGUAY.



A atuação da Magistratura no combate à corrupção pautou encontro realizado em conjunto pela AJURIS com o Centro de Estudios Judiciales del Uruguay, em Montevideo. Mediado por Nilza Salvo, ministra de Tribunal de Apelaciones en lo Civil y Directora del Centro de Estudios Judiciales del Uruguay, o evento contou com a apresentação dos juízes uruguaios Adriana de Los Santos e Néstor Valetti, e também dos magistrados gaúchos, o desembargador Rogério Gesta Leal e o juiz de Direito e diretor do Departamento de Direitos Humanos da AJURIS, Mauro Borba.

Os magistrados uruguaios destacaram a atuação no país vizinho realizada a partir do Juizado Penal Especial em Crime Organizado, instituído por lei em 2009. A magistrada Adriana também apresentou um estudo desenvolvido pela ONU em 2008 com 65 países sobre os grupos criminais de diferentes tipos. O levantamento revelou que 30% utilizava a violência para alcançar seu fim e outros 33% utilizavam a corrupção para alcançar seus objetivos.

Titular do Juizado Especial, Adriana explicou que o trabalho realizado em dois juizados representa uma resposta a compromissos internacionais assinados pelo Uruguay. Os dois juízes que atuam nessa área têm competência, em nível nacional, para combate ao narcotráfico, à corrupção, ao tráfico de armas, ao tráfico de pessoas e ao contrabando. Nos delitos de corrupção, o Juizado só atua quando o prejuízo é maior do que 20 mil pesos (aproximadamente R\$ 2.500,00).

O problema de fundo em relação ao crime organizado, de acordo com Adriana, tem relação com o fato de se tratar de um fenômeno global. “O crime organizado está ligado diretamente à corrupção. Quando tratamos disso, sempre temos como referência a máfia. Sem corrupção e sem dinheiro, as máfias não funcionam.” A magistrada também destaca que o crime organizado se apodera do Estado, e este se coloca a serviço da delinquência.



## *Legislação brasileira prevê responsabilização de empresas*

O juiz de Direito Mauro Borba, em sua participação, destacou a Lei 12.846/2013, conhecida como lei anticorrupção, que objetiva combater as práticas de corrupção de empresas privadas. “Essa lei veio no Brasil com uma grande novidade: pela primeira vez, ela focou a figura do corruptor. O corruptor era praticamente ausente do debate sobre corrupção”, lembrou.

O magistrado salientou que essa legislação introduziu no país a possibilidade de punir empresas corruptoras por meio, inclusive, da responsabilidade objetiva, possibilitando a punição da empresa por delitos dessa natureza. “O comando das empresas poderá ser responsabilizado por uma ação de um funcionário, o que antes não acontecia. Por regra, envolvida em ato de corrupção, a empresa jogava a responsabilidade para cima de um funcionário, depois o demitia e ficava por isso mesmo”, citou.

## *Crime organizado coopta estruturas governamentais*

O magistrado do Juizado Especial de Crime Organizado uruguaio Néstor Valetti definiu a corrupção como o uso indevido do Poder Público, como o instrumento de que se valem organizações criminosas organizadas em um mundo globalizado, no qual já não se respeitam fronteiras nem há códigos criminais como em outras épocas. “O crime organizado na América Latina vem, lamentavelmente, ganhando mais terreno. Em muitos países já foram, inclusive, cooptadas estruturas governamentais”, afirmou.

No combate ao crime organizado, o Uruguai atua com polícia especializada explicou o magistrado. Um dos principais objetivos é impedir a expansão econômica dessas organizações.

Também há o trabalho da *Secretaria Nacional Antilavado*. A instituição é responsável por acompanhar e proporcionar informações sobre as movimentações financeiras de grupos criminosos, fundamentalmente no âmbito das pessoas jurídicas, nas quais atuam as organizações criminosas por meio de sociedades anônimas. Essa atividade também conta com o apoio do Banco de Previdência Social, que verifica quais movimentações são lícitas e quais são ilícitas.

## *Microcriminalidade organizada também preocupa*

O desembargador do TJ/RS Rogério Gesta Leal salientou que, costumeiramente, o tema da corrupção é tratado por uma perspectiva da macrocriminalidade, na qual estão enquadrados o crime organizado, a lavagem de dinheiro e o tráfico de pessoas e de entorpecentes. Entretanto, em sua fala, o magistrado destacou que a corrupção na microcriminalidade tem alta relevância também.

Leal defende que os mesmos instrumentos de investigação, tais como escutas e quebras de sigilos telefônico e fiscal, utilizados na macro também sejam empregados na microcriminalidade. “Hoje, temos, sem sombra de dúvida, uma estrutura de crime organizado no âmbito de regiões, de estados, de relações negociais menores do que estas que envolvem a macrocriminalidade, que estão provocando sérios impactos na gestão do interesse público e mesmo dos orçamentos públicos”, afirmou.

O magistrado atua na 4ª Câmara Criminal do TJ/RS, que tem competência para julgar crimes praticados por prefeitos e vereadores, e também contra a administração pública. “Percebemos, ao longo do tempo, que tem-se formado, ao lado da macrocriminalidade, uma estrutura de poder, de inteligência, de associação, de coordenação e de ação criminosa, a partir de outros atores e protagonistas que não esses grandes criminosos”, revelou.

O desembargador citou como exemplo casos de licitações públicas em que pequenas empresas de fachada são formadas com a finalidade de criar uma rede de relações visando a burlar o procedimento. Isso pode ocorrer no âmbito de fornecimento de medicamentos, de merenda escolar ou de serviços continuados, como de informática.

## *Magistrados conhecem Suprema Corte do Uruguay*

Os congressistas foram recebidos na Suprema Corte do Uruguay pelo secretário Letrado de La Corte, juiz Fernando Tovagliare. O magistrado apresentou uma charla guiando o grupo por diferentes ambientes do prédio histórico. Além de falar sobre o funcionamento do Judiciário uruguaio, Tovagliare também destacou a arquitetura e a simbologia do imponente prédio erguido na região central de Montevideo.



# Associações aprovam temas debatidos

EVENTO CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DE  
MAGISTRADOS DE DIVERSOS ESTADOS DO PAÍS



A proposta do XI Congresso Estadual de Magistrados de debater o tema *Efetivar direitos: o desafio da Magistratura* foi destacada por presidentes de associações de magistrados. Os representantes do Poder Judiciário também enaltecem a diversificada programação e a troca de experiência com juristas uruguaios.

Presente na abertura do evento, o vice-presidente Institucional da AMB, Sérgio Junkes, lembrou a repercussão que a crise financeira tem na atuação da Magistratura. "O grande desafio é dar efetividade aos direitos, ainda mais no momento em que nós vivemos uma crise econômica, uma instabilidade. O juiz tem que continuar sendo aquela instituição em que a sociedade pode confiar, a que pode ter acesso, e dentro dessas dificuldades, conseguir atuar em favor do cidadão."

A escolha dos temas e dos palestrantes foi apontada pelo presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão e coordenador da Justiça Estadual da

AMB, Gervásio Protásio dos Santos Junior, além da organização, como ponto alto do evento. "O Congresso foi extremamente produtivo. Em primeiro lugar, porque possibilitou o intercâmbio com um sistema judicial diferente, o do Uruguai. Em segundo, porque não perdemos de vista a realidade brasileira", explicou.

O trabalho da Comissão Científica foi elogiado pelo presidente da Associação dos Magistrados de Sergipe, Gustavo Adolfo Plech Pereira, que também lembrou a relevância dos temas propostos. "O XI Congresso Estadual de Magistrados superou todas as expectativas. Desde a chegada ao aeroporto, pude perceber a perfeita organização já destacada na recepção", opinou.

O caráter inovador desta edição, a primeira realizada no exterior, em um país que se destaca culturalmente, também caracterizou o evento positivamente, segundo o presidente da Associação dos Magistrados de Pernambuco, Antenor Cardoso Soares Junior. O magistrado salientou que o evento permitiu o



congratamento entre representantes do Poder Judiciário de diferentes estados do Brasil. “Achei muito interessante a palestra do Gajardoni, com enfoque em como o novo Código de Processo Civil deve ser interpretado para uma melhor prestação jurisdicional”, sublinhou, elogiando a programação científica do encontro.

Leonardo Lúcio Freire Trigueiro, presidente da Associação dos Magistrados Piauienses, assim como os dirigentes das demais associações estaduais, ressaltou a qualidade e a atualidade dos temas debatidos no Congresso. “Também foi feliz a opção de realizar a edição inédita no Uruguai, país reconhecido pela luta em prol dos direitos humanos”, pontuou.

As associações dos Defensores Públicos do RS (ADPERGS) e do Ministério Público (AMP/RS), que tradicionalmente dialogam com a AJURIS em temas de interesse comum no Rio Grande do Sul, também participaram do Congresso Estadual em Montevideú. O presidente da ADPERGS, Felipe Facin Lavarda, avaliou a organização do evento como de excelência, fazendo referência ainda à atenção da equipe de funcionários com os participantes. “A palestra de abertura, ministrada pela professora Maria Paula Bucci, foi de altíssimo nível”, completou.

O secretário-geral da AMP/RS, Marcelo Tubino Vieira, avaliou positivamente a proposta do Congresso. “Achei muito interessante as palestras, pois abordaram bem mais temas práticos do que teóricos”, complementou.

### *Fala dos candidatos à Presidência do TJ/RS*



Esta edição do Congresso Estadual de Magistrados, como tradicionalmente ocorre, contou com espaço para manifestações dos candidatos à Presidência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ/RS). O

atual 1º vice-presidente da Corte, Luiz Felipe Silveira Difini, e o desembargador Guinther Spode, ambos ex-presidentes da AJURIS, tiveram o tempo de vinte minutos cada para expor suas propostas para a gestão 2016/2017.

A vice-presidente de Patrimônio e Finanças da Associação e membro da Comissão Organizadora do evento, Jocelaine Teixeira, que coordenou os trabalhos, lembrou a mobilização da AJURIS pela participação dos juizes de 1º grau na escolha da mesa diretora do Tribunal. “Aproveito essa oportunidade para destacar a atuação da AJURIS na busca da ampliação do colégio eleitoral para que todos os magistrados, membros do Poder Judiciário, possam votar”, frisou. Citou, ainda, que, em novembro, a Associação realizaria uma eleição simulada para a Presidência do órgão máximo do Judiciário gaúcho, aberta a todos os magistrados da ativa. A magistrada também frisou o empenho da AMB pelas eleições diretas nos Tribunais em nível nacional.

### *Recorde de inscrições de teses*

O XI Congresso Estadual de Magistrados contou com a inscrição de dezesseis teses, número recorde desde o ano 2000. As teses foram defendidas e aprovadas em sessão plenária no segundo dia do evento. Coordenada pelo vice-presidente da AJURIS, Gilberto Schäfer, a Comissão Científica foi formada pelos magistrados Rosana Broglio Garbin, Roberto Ludwig e Jayme Weingartner Neto. Os magistrados conduziram a apresentação das teses e a plenária. Todos os estudos apresentados foram aprovados



*Comissão Científica do XI Congresso  
Estadual de Magistrados*

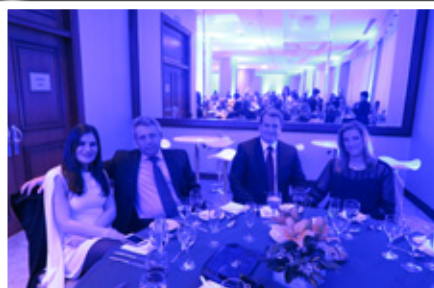


# Artistas uruguaaios animam confraternizações no Congresso

AS CONFRATERNIZAÇÕES DE ABERTURA E DE ENCERRAMENTO DO XI CONGRESSO ESTADUAL DE MAGISTRADOS CONTARAM COM APRESENTAÇÕES DE ARTISTAS URUGUAIOS. OS ENCONTROS FORAM EMBALADOS PELO SAXOFONISTA PETER ANTON – COM JAZZ, BOSSA NOVA E ROCK – FRANCIS ANDREU – COM TANGO MARCADO PELA VOZ GRAVE – E O GRUPO ESTEREOTIPOS - COM ANIMADAS VERSÕES DE THE BEATLES E THE POLICE.









# XI CONGRESSO ESTADUAL DE MAGISTRADOS

DE 24 A 26 DE SETEMBRO / MONTEVIDEO - URUGUAY



## EFETIVAR DIREITOS: O DESAFIO DA MAGISTRATURA

PATROCÍNIO

APÓIO



**PERFEITO PARA QUEM SABE  
QUE O MELHOR DA VIDA  
NÃO PODE ESPERAR.**



**BanriClube**  
*de Vantagens*

**O jeito mais rápido de trocar seus  
pontos por momentos inesquecíveis.**

Resgate on-line • Mais de 25 mil prêmios • A partir de 50% dos pontos,  
você pode completar o resgate usando o seu cartão de crédito Banrisul

Acesse [www.banriclube.com.br](http://www.banriclube.com.br) e confira:

• Saldo de pontos • Pontos a expirar • Como resgatar prêmios

**Banrisul**  
Evolução sempre com você.

GOVERNO DO ESTADO  
DO RIO GRANDE DO SUL  
**TODS**  
PELO RIO GRANDE